

Terror de Estado e violência política: A emancipação feminina em tempos de repressão

Luiz Fernando Figueiredo Ramos¹, UFMG
fernandoramoshist@yahoo.com.br

Introdução

Na origem das ditaduras militares de segurança nacional do Cone Sul, situam-se duas questões geradoras de inúmeras discussões que se desdobram em uma série de questionamentos com várias possibilidades de articulações, constituindo-se desta forma como elementos elucidativos de aspectos da história recente da América do Sul. Primeiro, a ação repressiva dos órgãos de segurança do Estado contra todos aqueles identificados como “subversivos²” isto é simpatizantes das esquerdas revolucionárias. Segundo, o sentido da luta dos grupos guerrilheiros de esquerda. São questões de relevância para compreender o período entre os anos 1960-1970 na América Latina, e que, portanto desdobra em outra questão que é a repressão e a presença feminina na luta contra as ditaduras. Contudo, nosso objetivo neste trabalho será mostrar a presença feminina nas organizações revolucionárias de esquerda e o alcance internacional da ação repressiva das ditaduras do Cone Sul na chamada Operação Condor.

Dado o caráter internacionalista da cultura política socialista, tendo em vista a formação em Paris por exilados da esquerda revolucionária latino-americana de uma *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JRC) envolvendo quatro organizações armadas de esquerda o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) do Chile, o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) da Argentina, o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T) do Uruguai e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) da Bolívia. Diante desta possibilidade de união continental das esquerdas, o chefe da polícia política chilena, a *Dirección Nacional de Inteligencia* (DINA), Manuel Contreras, reuniu os representantes de vários serviços de informações do Cone Sul para uma reunião secreta em Santiago no final de 1975. O objetivo era estabelecer uma aliança continental contra a chamada “subversão de esquerda,” era a criação da Operação Condor.

A dimensão internacional que adquiriu a atividade repressiva dos regimes militares do Cone Sul, e a ação dos movimentos insurgentes é quase sempre um assunto recorrente na história e nas ciências políticas. Entretanto a participação feminina em tais movimentos tem sido estudada apenas recentemente. Tentaremos preencher um pouco esta lacuna com alguns estudos de casos de mulheres que exerceram militância em organizações guerrilheiras de esquerda em alguns países do Cone Sul e de alguma forma foram vítimas da ação repressiva dos órgãos de informações e

¹ Estudante de especialização em História e Culturas Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Utilizaremos aspas porque o termo **subversivo** neste caso tem conotação pejorativa.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

segurança das ditaduras. É sabido que a maior parte dos atingidos pela repressão foram homens, mas a presença feminina em grupos armados embora menor foi significativa, e chama atenção por ocorrer em sociedades de origem ibérica marcadas por culturas políticas conservadoras e autoritárias, mas que neste momento passava por um processo de mudança.

Apesar de ser um tema quase sempre recorrente na literatura especializada sobre a repressão e as ditaduras no Cone Sul, a nossa discussão gira em torno da ação repressiva internacional, porém levaremos em conta a presença feminina na luta contra os regimes dos generais, e afinal, porque estavam envolvidas em uma luta desproporcional contra um inimigo com articulações internacionais, disposto a perseguir e eliminar seus inimigos em qualquer parte do mundo. Mostremos o alcance internacional do Condor, destacando a presença feminina na oposição política as ditaduras.

Operação Condor

Conforme já assinalamos, as ditaduras de segurança nacional do Cone Sul implementaram uma organização repressiva continental para perseguir seus “inimigos internos” onde quer que estivessem. A iniciativa para a implementação de um serviço de inteligência transnacional voltado para a repressão política foi uma iniciativa da ditadura chilena, conforme já mencionado. Entre o final de novembro e início de dezembro de 1975 representantes das forças de segurança de cinco países sul americanos: coronel Contreras do Chile, Jorge Casas (capitão-de-navio – Argentina), Benito Guanes Serrano (coronel - Paraguai), Carlos Mena (coronel – Bolívia), José Fons (coronel – Uruguai), durante sete dias deliberam a cerca da criação da super polícia política, o Brasil de início se comprometeu a colaborar com informações. Esta reunião tinha como objetivo oficializar a colaboração entre as ditaduras que já havia ocorrendo a algum tempo.

Esta colaboração iniciou-se logo depois do Golpe de Estado de 1973, o Brasil inclusive foi o primeiro país a reconhecer a junta militar chilena, e vários prisioneiros no Estádio Nacional em Santiago relataram a presença de agentes brasileiros durante seções de tortura contra presos políticos. Sobre o objetivo imediato de sua implementação, a Operação Condor visava desarticular as tentativas de integração das esquerdas revolucionárias da América Latina principalmente da JCR. Um trecho do documento *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional* diz o seguinte:

La subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro continente amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la historia, a la filosofía, a la religión y las costumbres propias de los países de nuestro hemisfério.(<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB239/index.htm>.Fotograma 00172 f 0570).

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

O Chile passava a ser a sede de toda a operação e a DINA o principal sustentáculo desta multinacional do terror político, embora os serviços de inteligência dos outros países membros tivessem autonomia e realizassem operações conjuntas. A organização deveria ser uma espécie de *Interpol* dedicada ao combate à “subversão”. A coordenação básica da estrutura repressiva estava organizada em um Banco de Dados, que constantemente deveria ser abastecido com o intercâmbio de informações sobre atividades “subversivas” em outros países, uma Central de Informações para agilizar o intercâmbio das informações com os órgãos de segurança de outros países.

A implementação deste serviço contou com o tinha de mais moderno na época: transmissão por telex, criptografia, central telefônica com misturadores de vozes e um sistema de computação – embora existissem poucos computadores na América Latina naquele período – para a operacionalização do Banco de Dados e da Central de Informações foi criado um *Sistema de Coordinación*. De acordo com o organograma contido no documento *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional* havia ainda uma Direção Central com secretaria, escritório dos países membros e um setor administrativo.³

Para a comunicação de informações e mensagens foi estabelecido um sistema de linguagem cifrada para que o entendimento fosse incompreensível caso viesse cair em “mãos inimigas”. O alfabeto do código Condor, uma letra maiúscula correspondia a uma letra diferente minúscula, ficando da seguinte forma: a-D, b-Q, c-Z, d-Y, e-C, f-R, g-U, h-I, i-X, j-B, k-P, l-M, m-A, n-J, o-V, p-G, q-K, r-T, s-F, t-W, u-L, v-N, w-E, x-S, y-H, z-O. Um exemplo de mensagem cifrada: NXDBDTCADJDJD em claro é: *vijaremanana* (viajareiamanhã). A metodologia parece ser simples tendo em vista os avanços tecnológicos da área de inteligência na época atual.⁴

Estava montada a estrutura repressiva mais temida do Cone Sul, o próprio anfitrião do encontro o coronel Contreras em um relatório citado pela *Central Intelligence Agency* (CIA) afirmou que iria até à Austrália para eliminar e pegar seus inimigos,⁵ mostrando a megalomania dos ditadores sul americanos. Segundo dados de entidades de defesa dos direitos humanos, estima-se que cerca de 35 mil pessoas tenham morrido no Cone Sul durante as décadas de 1960 a 1980 vítimas da ação repressiva das ditaduras de segurança nacional e um número quase três vezes maior de pessoas que sofreram tortura física ou psicológica ou tiveram de deixar seus países de origem. Entre os milhares de atingidos diretamente por este sistema internacional de repressão política, estão um número considerável de mulheres que enfrentaram as ditaduras em nome do socialismo.

O terror de Estado aplicado pelas ditaduras do Cone Sul tinha como arcabouço ideológico a Doutrina de Segurança Nacional que na sua estratégia política, vê os processos de mudança social

³ *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia* (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB239/index.htm f 00172 f 0570>)

⁴ *Idem*, (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB239/index.htm f 00172 f 0570>)

⁵ DINGES, John, *Os anos Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*, São Paulo: Companhia das

através de uma ótica belicista, os movimentos de massas são vistos como possíveis agentes da “subversão”. Essa doutrina de Estado coloca a sociedade em uma lógica maniqueísta onde a simples divergência contra a ideologia oficial é vista como “subversiva”, não restando a menor dúvida de que esta doutrina “coloca em risco a defesa dos direitos humanos e exclui os pressupostos mínimos de cidadania”,⁶ desta forma o sistema social torna-se um sistema de guerra pautado na lógica da desconfiança condicionado pela perspectiva da violência e da repressão, e o terrorismo de Estado exercido pelos órgãos de segurança passa a ser política oficial.

Os Movimentos de Esquerda e a Presença Feminina

Ao dar início a este tópico com a discussão sobre presença feminina nas organizações revolucionárias de esquerda temos que levar em conta alguns aspectos. Primeiro a cultura política⁷ socialista visa “uma revolução proletária que leve a uma sociedade sem classes.”⁸ Sendo assim desde o final do século XIX, com o engajamento das mulheres no movimento operário na Europa, percebemos sua atuação nos movimentos sociais construindo uma pauta de reivindicações em torno de questões específicas das mulheres.

De certa forma esta questão manifestou-se no interior do movimento socialista, colocando em pauta a questão da emancipação feminina como indissociável da luta de classes, integrando um projeto amplo e radical de igualdade que tem como pressuposto acabar com todas as formas de opressão⁹. Na América Latina, nas últimas décadas do século XX, percebemos um número considerável de mulheres em organizações revolucionárias de esquerda, em todos os países que passaram por processos de luta armada. Em um continente, como mencionamos no início, caracterizados por tradições e culturas políticas, autoritárias e conservadoras, com ênfase no poder local, e no período que estamos nos referindo sob égide das ditaduras de segurança nacional, que procura desmobilizar os movimentos de massas, criando um Estado policial com o objetivo de neutralizar os “inimigos internos.”

Sabemos que grande número dos atingidos pela ação repressiva das ditaduras no Cone Sul foram homens, as mulheres embora em quantidade menor, tiveram uma presença marcante. Apesar disso, para as ditaduras de vários países, empenhadas na luta “anti-subversiva”, ao reprimir tais

⁶ BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In, FERREIRA, Jorge e outro, *O Brasil Republicano vol.4*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p.30.

⁷ Por cultura política entendemos: “uma espécie de código e um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas.” SIRINELLI, Jean François, e outro. *Por uma história Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998 p.350.

⁸ Idem: 1998, p354.

⁹ Segundo Karl Marx e Friedrich Engels, existe uma relação entre dominação de classe e submissão feminina, e ambas poderão ser superadas mediante a socialização dos meios de produção. (ENGELNS, Friedrich, *A Origem da Família da propriedade privada e do Estado*, São Paulo: Escala, 2000, p.80.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

movimentos não fizeram distinção de gênero, para os militares e agentes lotados nos órgãos de informações e segurança, estavam em luta contra um “inimigo interno”, “sem rosto” que agia de forma sorrateira “confundindo e dividindo o povo”, conforme deixa claro o documento “*Primera reunión de trabajo de inteligencia*” da Operação Condor e os manuais da Escola Superior de Guerra (ESG) ao tratar o que eles denominam de “Guerra Revolucionária Comunista.”

Nas décadas de 1960 e 1970, houve uma estreita associação entre as esquerdas, juventudes e radicalismo político, entre estes três aspectos podemos acrescentar a luta feminina por igualdade de direitos, - ressaltando que havia também presença feminina em movimentos de caráter conservador - em muitos casos a junção dos quatro elementos citados se expressaram pela luta armada - é o caso do Brasil, da Argentina, do Chile e de diversos outros países latino-americanos.

Como neste trabalho propomos discutir a associação entre a ação repressiva internacional das ditaduras do Cone Sul e a militância política das mulheres nas organizações revolucionárias de esquerda, destacaremos o caso de três mulheres vítimas da repressão: Jane Vanini, Maria Regina Marcondes Pinto, Dora Marta Landi Gil e Lilian Celiberti. Foram vítimas da colaboração internacional das ditaduras.

A brasileira Jane Vanini pertenceu à Aliança Libertadora Nacional (ALN) e mais tarde ao Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Perseguida pelos órgãos repressivos no Brasil, refugiou-se no Chile, então sob o governo do presidente socialista Salvador Allende, como centenas de outros militantes de esquerda perseguidos pela ditadura no Brasil. No Chile trabalhou na editora da revista *Punto Final*, onde conheceu o jornalista José Carrasco Tapia, com quem se casou. Jane ingressou no *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) do qual seu marido era dirigente¹⁰.

Com o golpe militar de 11 de setembro de 1973 que instaurou a ditadura do general Augusto Pinochet, Jane e o Marido partiram para a clandestinidade, o MIR no governo Allende havia dado uma trégua nas ações armadas que vinham realizando no governo Eduardo Frei. Com o golpe militar retomaram as ações, entretanto em pouco tempo o MIR foi destruído pela repressão¹¹. Jane Vanini morreria em uma suposta troca de tiros entre militantes do MIR com as forças de segurança chilenas em 12 de novembro de 1974.

Outra brasileira Maria Regina Marcondes Pinto, era militante do Partido Operário Comunista (POC) deixou o Brasil entre 1969 e 1970, indo para Paris, onde já estava seu companheiro o sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Emir Sader. Após uma

¹⁰ Com base em : MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*, Petrópolis: Vozes, 2003, p. 278-279, e GRUPO TORTURA NUNCA MAIS, *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1974*: Companhia Editora de Pernambuco, 1995, p.412.

¹¹ Idem: 2003, pp.278-279, 1995, p. 421.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

curta permanência em Paris, foram para o Chile, onde Maria Regina passou a estudar, e entrou em contato com o MIR. Após a queda de Salvador Allende, esteve presa no estádio nacional de Santiago, conseguindo sair logo em seguida. Retornou ao Brasil onde ficou pouco tempo, indo em seguida para a Argentina. Em 10 de abril de 1976, encontrou-se em Buenos Aires com um representante do MIR, Edgardo Enriquez, filho do ministro da Educação do governo Allende, foram presos no mesmo dia por militares argentinos e entregues as forças de segurança do Chile, e provavelmente foram executados.¹²

O próximo caso da Operação Condor, é o da argentina Dora Marta Landi Gil, militante do movimento *Montoneros*, uma facção de esquerda oriunda do movimento peronista. Dora Marta era estudante de Belas Artes da Universidade de La Plata, estava temporariamente no Paraguai esperando oportunidade para retornar à Argentina assim que a situação esfriasse junto com o noivo Alejandro Logoluso. Na Argentina, junto a outros milhares de estudantes, resolveram insurgir-se contra a ditadura, a Universidade de La Plata onde estudavam era um dos focos de contestação.

Na Argentina da década de 1970 a situação era de um quadro pré-guerra civil, mesmo nos governos civis de Héctor Cámpora e Isabel Martínez de Perón. A última ditadura que instaurou no país o chamado *Proceso de Reorganización Nacional*, foi a mais letal de todo o Cone Sul, estima-se que tenha deixado um saldo perto de trinta mil mortos e desaparecidos, antes porém nos governos civis já citados, as forças de segurança tinha respaldo do Estado argentino para eliminar fisicamente supostos esquerdistas, esquadrões da morte com o *Alianza Anticomunista Argentina* (Triple-A) andavam a solta matando e fazendo desaparecer centenas de pessoas em todo o país.

Com o golpe militar de março de 1976, os militares argentinos decidiram promover a eliminação física de todos os focos contestação que havia na sociedade, conforme anunciou o general Jorge Rafael Videla cinco meses antes do golpe de Estado: “*Na Argentina deverão morrer todas as pessoas necessárias para conseguir a paz no país*”¹³. Foi neste contexto que se encontrava a Argentina na segunda metade dos anos 1970.

Dora Marta e mais quatro pessoas foram capturados em uma pensão em Assunción, pretendiam conseguir passaportes falsos e exilar-se por uns tempos na Europa, ela o noivo mais dois uruguaios integrantes do *Partido Vitória del Pueblo* (PVP) e outro argentino, foram presos pela polícia política do ditador Alfredo Stroessner. Poucos dias antes do seu desaparecimento¹⁴, Dora

¹² Com base em MIRANDA, Nilmário e TIBÚCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo - Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 1999, pp. 520-521.

¹³ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Edusp, 2007, pp.104-137.

¹⁴ (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB239/index.htm>, Fotograma 00152f0763-0767)

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Marta escreveu uma carta ao diretor da prisão Alberto Cantero, solicitando contato com os pais de Alejandro Logoluso, cujos principais trechos diz:

“Sr, Director: Al hablar con usted olvide lo siguiente: creo que a Usted puede servirle de algo para aclarar el problema de los documentos, hablar con los padres de mi marido. Creo que para eso ha de bastar con que nos permitan; ya sea por telefono o por una esquila pedirles que se presenten aqui...Le agradezo imensamente que haya escuchado y le pido que discupe mi insistência.” (<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB239/index.htm>, *Fotograma 0001 f 1317-1319*)

Em 12 de novembro 1978 dois uruguaios militantes do PVP Lilian Celiberti e Universindo Diaz e duas crianças, foram seqüestrados em Porto Alegre por agentes do DOPS/RS comandados pelo delegado Pedro Seelig, a ação contou com a participação de agentes do serviço de contra-informações do Exército do Uruguai, a ação foi denominada de “*Operación zapato roto*”. O caso ganhou repercussão internacional na imprensa e contou com o apoio da OAB local por meio do advogado Omar Ferri, que escreveu um livro sobre o caso.¹⁵

Ambos estavam no Brasil elaborando um dossiê sobre as violações dos direitos humanos no Uruguai.¹⁶ Durante a prisão ainda no Brasil foram torturados tanto pelos agentes brasileiros como pelos uruguaios, as crianças foram entregues a família de Lilian no Uruguai. O casal só escapou da morte porque o caso foi denunciado na imprensa e acabou gerando uma grande mobilização de vários setores da sociedade e da opinião pública internacional em torno deste episódio, inclusive com denuncia no Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas e no CIMADE (Serviço Defesa dos Direitos do Homem) na França.¹⁷ Lilian e Universindo ficaram cinco anos presos no Uruguai, Lilian chegou a ficar dezoito meses isolada em uma cela sem nenhum tipo de comunicação com o mundo exterior. As prisões uruguaias eram conhecidas pelo rigor ao que eram submetidos os presos políticos, a vida cotidiana em um presídio feminino chamado *Penal de Punta de Rieles* é descrita da seguinte forma:

“A jornada começa às 5:45 no verão e às 6:30 no inverno. As prisioneiras são acordadas aos gritos das policiais: “Está na hora de levantar.” O dia que vai se iniciar será pequeno para as tarefas que é preciso executar.

Após a chamada, as prisioneiras devem levantar-se imediatamente: ficar na cama é motivo de sanção (...). O clima geral é tenso. Os setores formam todos juntos, mas as presas ficam de costas uma umas para as outras, sem se olharem. Não é permitido levar a mão ao rosto,

¹⁵ O livro chama-se *Seqüestro no Cone Sul: o caso Lilian e Universindo*, disponível em <http://www.derechos.org/nizkor/brasil/libros/ferri/>.

¹⁶ MARIANO, Nilson *As Garras do Condor*, Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p.149.

¹⁷ FERRI, Omar, *Seqüestro no Cone Sul*. <http://www.derechos.org/nizkor/brasil/libros/ferri/>.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

nem ao cabelo, pois o gesto seria interpretado como um sinal de comunicação, assim como uma tosse. As prisioneiras são obrigadas a permanecer em pé, em posição de sentido, com os calcanhares juntos. Durante essa formação, muitas passam mal e desmaiam, tendo em conta sobretudo o inverno, a essa hora da manhã ainda é noite e a temperatura é baixíssima. O frio que são obrigadas a suportar, ainda por cima do jejum, é terrível. Não se permitem o uso de gorros de lã, nem de cachecóis que cheguem além de certa altura do pescoço. Além do mais, toda roupa deve ser vestida por baixo do uniforme, que tem estampado um número correspondente a cada presa. Ela passa a ser um número, só”. (FIALHO, Veiga, *Uruguai: um campo de concentração?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp.241-242)

As violações dos direitos humanos, o cerceamento de necessidades básicas das pessoas, as formas mais brutais de tortura, a eliminação física e o desaparecimento forçado de pessoas, mesmo se tratando de mulheres, tornaram-se marca registrada das ditaduras militares do Cone Sul da América Austral.

Considerações Finais

Neste trabalho procuramos mostrar a articulação entre as ditaduras do Cone Sul no esforço conjunto de perseguir e eliminar adversários políticos onde quer que estivessem, conhecido como Operação Condor, ao mesmo tempo procuramos destacar a presença feminina na luta contra os regimes ditatoriais no diversos países citados.

Apesar do maior número de homens atingidos pela ação repressiva internacional das ditaduras, as mulheres também foram vitimadas por esses regimes, talvez da mesma forma que os homens, já que a doutrina “anti-subversiva” das ditaduras de segurança nacional, não fazem distinção de gênero e procura desmobilizar os movimentos sociais e enquadrar a sociedade nas exigências de uma guerra interna, ao mesmo tempo física e psicológica, onde a lógica da suspeição e da desconfiança transforma o cotidiano das pessoas, e o terror de Estado infligido pelos regimes de exceção torna-se política oficial.

No Brasil e nos países vizinhos após os processos de transição democrática, os responsáveis pelas flagrantes violações de direitos humanos que em muitos casos culminaram com a morte das vítimas, isto quando não eram deliberadamente executadas por ordens dos escalões superiores, estão hoje amparados por leis de “Anistia”, “*caducidad*” e “*punto final*.” Apesar destes retrocessos do ponto de vista democrático e dos direitos humanos, em alguns destes países movimentos ligados a defesa dos direitos humanos tem tentado retomar o debate em torno desta questão, e sobre a revisão destas leis.